

# Que o governo, ao menos, se alarmasse 27 SET 1983

As afirmações recentes do presidente do PDS, senador José Sarney, segundo as quais "não se alarma" com as acusações de corrupção que são feitas diariamente, porquanto "a oposição está cumprindo seu papel" e essa é sua função num regime democrático — exercer fiscalização —, apesar de sensatas, parecem-nos insuficientes: dão a entender, a bem da verdade, que o governo parece contentar-se em demonstrar que permite, democraticamente, que tais denúncias sejam feitas. Concede ampla liberdade para que a opinião pública tome conhecimento das denúncias mais pormenorizadas, envolvendo escalões da administração em atos ilícitos, mas restringe-se a vangloriar-se de tal concessão, de tal liberdade.

E quanto à apuração rigorosa delas? Diz o senador maranhense que "o governo deve apoiar todas as iniciativas no sentido de esclarecer acusações de corrupção" e que "cabe ao governo ser sensível a tais questionamentos, de modo que se possa encontrar o justo equilíbrio das coisas". No campo do *dever ser*, o sena-

dor tem toda a razão. Mas, no campo da atuação efetiva governamental, corresponde à verdade o que é dito por quem tem a responsabilidade de presidir o partido do governo? Em outras palavras, tem o governo "apoiado" as iniciativas visando a *esclarecer* as acusações de corrupção e tem-se mostrado "sensível" a tais "questionamentos"?

Apesar de o senador Sarney declarar que as lideranças pedessistas na Câmara e no Senado têm apoiado as CPIs destinadas a apurar irregularidades apontadas na administração, o que percebemos é o constante esvaziamento dos inquéritos, a falta de resultados concretos nas investigações e, acima de tudo, uma absoluta *impermeabilidade* dos mais altos escalões planaltinos a denúncias de qualquer tipo, por mais sérias e graves que sejam.

É evidente que nos regimes democráticos é função das oposições partidárias — e da Imprensa livre — exercer constante fiscalização dos atos do governo; mas de que adianta a garantia desse exercício, se a res-

posta dos agentes da administração pública se limita a apenas afirmá-lo, vale dizer, chancelar a legitimidade de atuação dos que denunciam — por isto ser característica da democracia — sem, em contrapartida, tomar a iniciativa de apurar responsabilidades e, em as apurando, punir os culpados? Com tantas e tamanhas denúncias já feitas — "diariamente", como bem diz o senador —, como é possível que até agora não tenha surgido nenhum *responsável* reconhecido como tal pelo governo? Seriam todas estas denúncias, apesar de legítimas — como reconhece o senador, quanto à sua "autoria" —, infundadas?

Quanto à legitimidade autoral das denúncias, aliás, o senador Sarney foi bem explícito em entrevista concedida a este jornal — publicada em nossa edição de domingo último —, quando afirmou: "As denúncias que estão sendo feitas fazem parte do processo da liberdade. É da tradição do Ocidente o questionamento moral dos homens públicos. Isso vem desde o discurso de Péricles, documento fundamental das idéias políti-

cas ocidentais. Quando a sociedade questiona a conduta moral dos governantes, é porque se sente livre, porque está viva. Não creio que isso possa prejudicar o processo (de democratização), embora possam ser cometidas, às vezes, grandes injustiças".

O problema é que nas verdadeiras democracias, que jamais convivem com a *presumptio juris et de jure* da impunidade, as denúncias não são feitas apenas para afirmar direitos, mas sim para *resultar* em algo mais: para o restabelecimento da regularidade e da moralidade na gestão pública; para a cobrança de responsabilidades dos que têm a seu encargo a *coisa pública*; para a apuração, até a última instância, dos atos ilícitos, dos delitos eventualmente praticados, e a conseqüente punição dos culpados.

Em face disso, o certo não seria dizer que o governo *não se alarma* com denúncias: ao contrário, deveria *alarmar-se*, ao tomar ciência das mesmas, para em função de tal sentimento dispor-se a atuar com energia, tendo em vista saná-las.